

Brasil pedirá prazo de 16 anos para pagar dívida

16 JAN 1986

Roberto Garcia
Correspondente

Washington — Ao abrir suas negociações com o comitê de coordenação dos bancos credores do Brasil, o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, pedirá a manutenção de linhas de financiamento comercial e interbancário por mais um ano, reescalonamento por 16 anos da dívida vencida em 1985 e a vencer em 1986 e 1987 e uma redução substancial nas taxas de juros através de uma queda dos **spreads** (taxas de risco). As negociações serão iniciadas esta manhã, na sede do Citicorp, em Nova Iorque.

A fim de preparar o terreno para alcançar esse objetivo, Bracher passou os últimos dias visitando os presidentes de todos os grandes bancos sediados em Nova Iorque. Ontem, por exemplo, esteve com John Reed, do Citibank, e Preston Martin, do Morgan Guaranty Trust.

Tanto o Brasil quanto outros grandes devedores já conseguiram termos semelhantes nas negociações anteriores de suas dívidas externas, mas em todos os casos haviam assinado acordos com o Fundo Monetário Internacional. Desta vez, o governo brasileiro anunciou que não está disposto a assumir compromissos com o FMI, tendo-se limitado a apresentar informalmente os principais elementos de sua política econômica àquela instituição. Na segunda-feira, o FMI recomendou a aprovação do pedido brasileiro aos credores. Desde então, os

bancos têm-se recusado a fazer comentários sobre as pretensões de Bracher.

Os grandes credores do Brasil parecem estar mais inclinados a atendê-las tendo em vista seu desejo de preservar posições invejáveis conquistadas há vários anos no mercado brasileiro. Numa situação desse tipo, os aliados naturais de Bracher serão os bancos com filiais no Brasil, como o Citibank, Chase e o Banco de Boston, disse um membro do comitê de coordenação. Na oposição a concessões enquanto o Brasil não se dispuser a um acordo com o FMI estariam bancos ingleses e canadenses, representados pelo Banco de Montreal e pelo Lloyd's. Para ter sucesso, Bracher precisaria dobrar os bancos americanos sem filiais brasileiras e contar com o apoio do "meio do campo", representado pelos japoneses, franceses, alemães e suíços, informa a mesma fonte.

Se houver acordo do comitê de coordenação, será necessária depois a adesão de centenas de outros bancos de todo o mundo, embora já se tenha como certo que alguns deles recusarão participar em novos pacotes de financiamento ao Brasil. Às vésperas de vencer a última prorrogação, conseguida em meados do ano passado, sete pequenos bancos ainda não aderiram ao pacote anterior. Nesses casos, os grandes bancos geralmente compram a participação dos pequenos.

Prevedendo dificuldades, o presidente do comitê de coordenação de bancos, William Rhodes, avisou seus colegas que as negociações poderão se estender até sexta-feira e, talvez, à próxima semana.